

# Varietates Legitimae

## A inculturação e a liturgia romana

**Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos  
24 de março de 1994**

### INTRODUÇÃO

**1.** Legítimas diferenças no rito romano foram autorizados no passado e foram previstos pelo Concílio Vaticano II na Constituição sobre a Sagrada Liturgia Sacrosanctum Concilium, especialmente nas missões. [1] "Mesmo na liturgia da Igreja não deseja impor uma rígida uniformidade em matérias que não afetam a fé ou o bem de toda a comunidade "[2]. Tem conhecidos e ainda conhece muitas formas diferentes e famílias litúrgicas, e considera que esta diversidade, longe de prejudicar a sua unidade, sublinha o seu valor [3].

**2.** Em sua carta apostólica Vicesimus Quintus Annus, o Santo Padre o Papa João Paulo II descreveu a tentativa de fazer a liturgia raízes em diferentes culturas como uma tarefa importante para a renovação litúrgica. [4] Este trabalho foi previsto nas instruções anteriores e nos livros litúrgicos, e deve ser seguido à luz da experiência, acolhedor, onde necessário, os valores culturais ", que são compatíveis com o verdadeiro e autêntico espírito da liturgia, sempre respeitando a unidade substancial do rito romano, expressa nos livros litúrgicos." [5 ]

#### **a) Natureza da presente Instrução**

**3.** Por ordem do Sumo Pontífice, a Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos preparou esta instrução: As normas para a adaptação da liturgia para o temperamento e as condições de diferentes povos, que foram dadas nos artigos 37-40 da Constituição Sacrosanctum Concilium, aqui definido; certos princípios expressos em termos gerais, os artigos são explicados, mais precisamente, as diretrizes são estabelecidas em uma forma mais adequada e da ordem a ser seguida é claramente definidos, para que no futuro isto será considerado o único procedimento correto. Desde os princípios teológicos relacionados com as questões de fé e de inculturação ainda têm de ser examinados em profundidade, esta congregação quer ajudar os bispos e conferências episcopais de considerar ou postos em vigor, de acordo com a lei, tais como adaptações já estão previstas nos livros litúrgicos , para reexaminar criticamente acordos que já foram feitas, e se em certas culturas necessidade pastoral exige que forma de adaptação da liturgia que a Constituição chama de "mais profundo" e, ao mesmo tempo considera "mais difícil", para fazer arranjos pela sua colocação em prática de acordo com a lei.

#### **b) Observações Preliminares**

**4.** A Constituição Sacrosanctum Concilium falou sobre as diferentes formas de adaptação litúrgica. [6] Posteriormente, o Magistério da Igreja usou o termo inculturação para definir mais precisamente "a encarnação do Evangelho nas culturas autônomas e, ao mesmo tempo a introdução destas culturas na vida da Igreja. "[7] A inculturação significa" uma íntima transformação dos autênticos valores culturais pela sua integração no cristianismo e da implantação do cristianismo em diferentes culturas humanas. "[8]

A mudança de vocabulário é compreensível, até mesmo na esfera litúrgica. A adaptação expressão, tirada do missionário terminologia, poderia levar alguém a pensar em modificações de natureza transitória e um pouco externo [9] O termo inculturação é a melhor expressão para designar um duplo movimento: "Ao inculturação, a Igreja faz com que o Evangelho encarnado em diferentes culturas e ao mesmo tempo, introduz os povos com suas culturas na sua própria comunidade. "[10] Por um lado, a penetração do Evangelho em um determinado meio sociocultural" dá fecundidade interior para as qualidades espirituais e dons próprios de cada povo ..., reforça essas qualidades, aperfeiçoa-os e restaura-os em Cristo. "[11]

Por outro lado, a Igreja assimila esses valores, quando eles são compatíveis com o Evangelho, "para aprofundar a compreensão da mensagem de Cristo e dar-lhe expressão mais eficaz na liturgia e em muitos aspectos diferentes da vida da comunidade dos crentes "[12]. Esse duplo movimento no

trabalho de inculturação, portanto, expressa um dos elementos componentes do mistério da encarnação [13].

**5.** Inculturação, assim entendida, tem o seu lugar na adoração como em outras áreas da vida da Igreja. [14] constitui um dos aspectos da inculturação do Evangelho, que apela para uma verdadeira integração [15] na vida de fé de cada um as pessoas dos valores permanentes de uma cultura, ao invés de suas expressões transitórias. Deve, então, estar em total solidariedade com uma ação muito maior, uma estratégia unificada pastoral que tem em conta a situação humana [16]. Como em todas as formas de a obra de evangelização, este paciente e chama tarefa complexa para a pesquisa metódica e discernimento em curso. [17] A inculturação da vida cristã e das celebrações litúrgicas devem ser fruto de uma maturidade progressiva na fé do povo [18].

**6.** A presente Instrução tem situações diferentes em vista. Há, em primeiro lugar os países que não têm uma tradição cristã, ou onde o Evangelho foi proclamado nos tempos modernos por missionários que trouxeram o rito romano com eles. É agora mais evidente que "entrem em contacto com diferentes culturas, a Igreja deve acolher todos os que podem ser conciliadas com o Evangelho na tradição de um povo para levar a ele as riquezas de Cristo e para ser enriquecido por sua vez, pelas diferentes formas de sabedoria das nações da terra. "[19]

**7.** A situação é diferente nos países de tradição cristã de longa data ocidental, onde a cultura já foi penetrada por um longo tempo pela fé e da liturgia expressa no rito romano. Que tem ajudado as boas-vindas dadas a reforma litúrgica nesses países, e as medidas de adaptação previsto nos livros litúrgicos foram considerados, em geral, suficiente para permitir a diversidade local legítimo (cf. n.º s 53-61 abaixo). Em alguns países, entretanto, onde coexistem várias culturas, especialmente como resultado da imigração, é necessário ter em conta os problemas específicos que isso representa (cf. abaixo no. 49).

**8.** É necessário estar igualmente atentos ao crescimento progressivo, tanto nos países de tradição cristã e em outros de uma cultura marcada pela indiferença ou desinteresse na religião. [20] Em face desta situação, não é tanto uma questão de inculturação, que assume que existem pré-existent valores religiosos e evangeliza-los, mas sim uma questão de insistir na formação litúrgica [21] e encontrar os meios mais adequados para atingir os espíritos e os corações.

## **I. processo de inculturação longo da história da salvação**

**9.** Luz é derramado sobre os problemas que se coloca sobre a inculturação do rito romano na história da salvação. O processo de inculturação foi um processo que se desenvolveu de muitas maneiras.

O povo de Israel ao longo de sua história preservada a certeza de que era o povo escolhido de Deus, o testemunho da sua ação e amor no meio das nações. Levou a partir de formas vizinhas certos povos de adoração, mas a sua fé no Deus de Abraão, Isaac e Jacob submetido esses empréstimos para profundas modificações, principalmente mudanças de significado, mas muitas vezes também mudanças na forma, uma vez que incorporou esses elementos em sua prática religiosa, a fim de celebrar a memória de obras maravilhosas de Deus na sua história.

O encontro entre o mundo judaico e sabedoria grega deu origem a uma nova forma de inculturação: a tradução da Bíblia em grego introduziu a palavra de Deus em um mundo que tinha sido fechado para ele e causado, sob inspiração divina, um enriquecimento das escrituras.

**10.** "A lei de Moisés, nos Profetas e nos Salmos" (cf. Lc. 24:27 e 44) foi uma preparação para a vinda do Filho de Deus sobre a terra. O Antigo Testamento, que compreende a vida ea cultura do povo de Israel, é também a história da salvação.

Em vir para a terra do Filho de Deus, "nascido de mulher, nascido sob a lei" (Gal. 4:4), associa-se com as condições sociais e culturais do povo da aliança, com quem viveu e orou. [22] Em se tornar um homem tornou-se membro de um povo, um país e uma época "e de uma certa maneira, ele, assim, uniu-se a toda a raça humana." [23] Para "somos todos um em Cristo, ea natureza da nossa humanidade comum leva a vida nele. É por isso que ele foi chamado de "novo Adão". "[24]

**11.** Cristo, que quis partilhar a nossa condição humana (cf. Heb. 2:14), morreu por todos, a fim de reunir na unidade os filhos de Deus dispersos (cf. Jo. 11:52). Por sua morte, ele queria quebrar o muro de separação entre a humanidade, para fazer Israel e as nações um povo. Pelo poder da sua ressurreição, ele chamou todas as pessoas para si mesmo e criou dentre eles um único homem novo (cf. Ef 2, 14-16; Jo 0:32..). Nele um mundo novo nasceu (cf. 2Co. 5:16-17), e todo mundo pode se tornar uma nova criatura. Nele, a escuridão deu lugar à luz, a promessa se tornou realidade e todas as aspirações religiosas da humanidade encontrou seu cumprimento. Pela oferta que ele fez de seu corpo, uma vez por todas (cf. Heb 10: 10), Cristo Jesus trouxe a plenitude da adoração em espírito e em verdade na renovação, que ele desejou para seus discípulos (cf. Jo. 4:23-24).

**12.** "Em Cristo ... a plenitude do culto divino chegou até nós." [25] Nele temos o sumo sacerdote, tomado dentre os homens (cf. Hb 5:15, 10: 19-21), condenado à morte na carne, mas trouxe para a vida no espírito (cf. 1 Pd. 3:18). Como Cristo e Senhor, ele tem feito de novo povo "um reino de sacerdotes para Deus seu Pai" (cf. Ap 1:6;. 05:09 10) [26]. Mas antes de inaugurar pelo derramamento do seu sangue o mistério pascal, [27], que constitui o elemento essencial da adoração cristã [28], Cristo quis instituir a Eucaristia, memorial da sua morte e ressurreição, até que Ele venha novamente. Aqui encontra-se o princípio fundamental da liturgia cristã e o kernel de sua expressão ritual.

**13.** No momento da sua ida a seu Pai, o Cristo ressuscitado assegura aos seus discípulos de sua presença e os envia para proclamar o Evangelho a toda a criação, para fazer discípulos de todas as nações e batizá-los (cf. Mt 28:15.; Mc 16,15;. Atos 1:8). No dia de Pentecostes, a vinda do Espírito Santo criou uma nova comunidade dentro da raça humana, unindo todos, apesar das diferenças de linguagem, que eram um sinal de divisão (cf. Atos 2:1-11). Doravante as maravilhas de Deus será dado a conhecer às pessoas de todas as línguas e cultura (cf. Atos 10:44-48). Os redimidos pelo sangue do Cordeiro e unidos em comunhão fraterna (cf. Atos 2:42) são chamados de "toda tribo, língua, povo e nação" (cf. Ap. 5:9).

**14.** Fé em Cristo oferece a todas as nações a possibilidade de serem beneficiários da promessa e da partilha da herança do povo da aliança (cf. Ef. 3:6), sem renunciar à sua cultura. Sob a inspiração do Espírito Santo, seguindo o exemplo de São Pedro (cf. Atos 10), São Paulo abriu as portas da Igreja, não mantendo o Evangelho dentro das restrições da lei mosaica, mas mantendo o que ele mesmo havia recebido da tradição que veio do Senhor (cf. 1Cor. 11:23). Assim, desde o início, a Igreja não procura de convertidos que não eram circuncidados "nada além do que era necessário" de acordo com a decisão da assembleia apostólica de Jerusalém (cf. At 15,28).

**15.** Em reunir para partir o pão no primeiro dia da semana, que se tornou o dia do Senhor (cf. Atos 20:7; Ap 1. 10), as primeiras comunidades cristãs seguiram o comando de Jesus, que, no contexto do memorial da Páscoa judaica, instituiu o memorial de sua paixão. Em continuidade com a história única da salvação, eles tomaram espontaneamente as formas e textos do culto judaico e adaptou-os a expressar a novidade radical do culto cristão. [29] Sob a orientação do Espírito Santo, o discernimento entre o que foi exercida poderiam ser mantidos eo que era para ser descartado do patrimônio judaico de adoração.

**16.** A propagação do Evangelho no mundo deu origem a outros tipos de ritual nas Igrejas provenientes dos gentios, sob a influência de diferentes tradições culturais. Sob a orientação constante do Espírito Santo, o discernimento foi exercido para distinguir aqueles elementos provenientes do "pagão" culturas que eram incompatíveis com o cristianismo daqueles que poderiam ser aceitos em harmonia com a tradição apostólica e na fidelidade ao Evangelho da salvação.

**17.** A criação e o desenvolvimento das formas de celebração cristã desenvolveram-se gradualmente de acordo com as condições locais em grandes áreas cultural, onde a boa notícia foi proclamada. Assim nasceram distintas famílias litúrgicas das Igrejas do Ocidente e do Oriente. Seu rico patrimônio preserva fielmente a tradição cristã em sua plenitude. [30] A Igreja do Ocidente, por vezes, os elementos desenhados de sua liturgia do patrimônio das famílias litúrgicas do Oriente. [31] A Igreja de Roma adotou, na sua liturgia, a língua viva do povo, primeiro grego e depois latim, e, como outras Igrejas Latina, aceitou sua adoração em eventos importantes da vida social e deu-lhes um significado cristão. Durante o curso dos séculos, o rito romano tem sabido integrar textos, cantos, gestos e ritos de diversas fontes [32] e para adaptar-se nas culturas locais nos territórios de missão, [33], mesmo se em certos períodos o desejo de uniformidade litúrgica obscurecido este fato.

**18.** Em nosso próprio tempo, o Concílio Vaticano II recordou que a Igreja "fomenta e assume a capacidade, recursos e costumes de cada povo. Ao assumi-los, a Igreja purifica, fortalece e enobrece-los .... Seja qual for bom fica latente no religioso práticas e culturas dos diversos povos, não só é salvo da destruição, mas também é purificado, levantou-se e aperfeiçoa para a glória de Deus, a confusão do demônio, e a felicidade da humanidade." [34] Assim, a liturgia da Igreja não deve ser estranho para qualquer país, povo ou indivíduo, e ao mesmo tempo que deve transcender a particularidade da raça e da nação. Ela deve ser capaz de expressar-se em todas as culturas humanas, ao mesmo tempo mantendo a sua identidade através da fidelidade à tradição que vem a ele da parte do Senhor [35].

**19.** A liturgia, como o Evangelho, deve respeitar as culturas, mas, ao mesmo tempo convidá-los a purificar e santificar-se.

Ao aderir a Cristo pela fé, os judeus permaneceram fiéis ao Antigo Testamento, o que levou a Jesus, o Messias de Israel, pois eles sabiam que ele tinha cumprido a aliança mosaica, como o mediador da nova e eterna aliança, selada no seu sangue na cruz. Eles sabiam que, por seu sacrifício perfeito, ele é o sacerdote autêntico alta eo templo definitivo (cf. Hb 6-10.), E as prescrições da circuncisão (cf. Gal 5: 1-6), o sábado ( cf. Mt. 12:08 e similares), [36] e os sacrifícios do templo (cf. Heb. 10) tornou-se de apenas importância relativa.

Em uma forma mais radical cristãos provenientes do paganismo teve que renunciar ídolos, mitos, superstições (cf. Atos 19: 18-19; 1 Cor 10, 14-22; 2:.. 20-22; 1 Jo 5:21) quando que adere a Cristo.

Mas seja qual for sua origem étnica ou cultural, os cristãos têm de reconhecer a promessa, a profecia e a história da sua salvação na história de Israel. Eles devem aceitar que a palavra de Deus os livros do Antigo Testamento, bem como aqueles do Novo [37]. Saúdam os sinais sacramentais, que só pode ser plenamente compreendido no contexto das Sagradas Escrituras e na vida da Igreja. [38]

**20.** O desafio que enfrentou os primeiros cristãos, se eles vieram do povo escolhido ou de um fundo pagão, foi conciliar as renúncias exigidas pela fé em Cristo com fidelidade a cultura e as tradições do povo a que pertenciam.

E assim será para os cristãos de todos os tempos, como as palavras de São Paulo afirmar: "Nós proclamamos Cristo crucificado, escândalo para os judeus, loucura para os pagãos" (1 Cor 01:23)..

O discernimento exercidas durante o curso da história da Igreja continua a ser necessário, para que através da liturgia da obra da salvação realizada por Cristo pode continuar fielmente na Igreja pelo poder do Espírito em diferentes países e momentos e em diferentes culturas humanas.

## **II. REQUISITOS E CONDIÇÕES PRELIMINARES PARA inculturação litúrgica**

### **a) Requisitos Emergentes da natureza da Liturgia**

**21.** Antes de qualquer investigação sobre a inculturação começa, é necessário ter em mente a natureza da liturgia. "É, na verdade o lugar privilegiado onde os cristãos se encontrar com Deus e aquele que Ele enviou, Jesus Cristo" (cf. Jo. 17:3). [39] É ao mesmo tempo a ação de Cristo sacerdote e da ação da Igreja, que é o seu corpo, porque a fim de realizar seu trabalho de glorificar a Deus e santificar a humanidade, alcançado através de sinais visíveis, ele sempre se associa a si a Igreja, que, por ele, e no Espírito Santo, dá ao Pai o culto que é agradável a ele [40].

**22.** A natureza da liturgia está intimamente ligado com a natureza da Igreja; Facto, é sobretudo na liturgia que a natureza da Igreja se manifesta [41] Agora, a Igreja tem características específicas que o distinguem de qualquer outro conjunto e da comunidade.

Não é reunido por uma decisão humana, mas é chamado por Deus no Espírito Santo e responde com fé ao seu chamado gratuito (ekklesia deriva Klésis, "call"). Esta característica singular da Igreja é revelada pela sua vinda junto como um povo sacerdotal, especialmente no dia do Senhor, pela

palavra que Deus dirige ao seu povo e pelo ministério do sacerdote, que, pelo sacramento da Ordem atua na pessoa de Cristo Cabeça [42].

Porque ela é católica, a Igreja supera as barreiras que dividem a humanidade: Pelo batismo todos nos tornamos filhos de Deus e em Cristo Jesus formam um só povo, onde "não há judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher" (Gl 3:28). Assim, Igreja é chamada a reunir todos os povos, para falar as línguas, para penetrar todas as culturas.

Finalmente, a Igreja é um peregrino sobre a terra longe do Senhor (cf. II Coríntios 5:6.): Ele carrega as marcas do tempo presente nos sacramentos e nas suas instituições, mas está esperando com alegre esperança para a vinda de Jesus Cristo (cf. Tt 2, 13.) [43]. Isto é expresso nas orações de petição: Isso mostra que somos cidadãos do céu (cf. Fl 3:20.), ao mesmo tempo, atento às necessidades da humanidade e da sociedade (cf. 1 Tm 2: 1-4).

**23.** A Igreja se alimenta da Palavra de Deus escrita no Antigo e Novo Testamentos. Quando a Igreja proclama a Palavra na liturgia, saúda-o como um caminho no qual Cristo está presente: "É ele quem fala quando as Sagradas Escrituras são lidas na Igreja." [44] Por esta razão a palavra de Deus é tão importante na celebração da liturgia [45] que a Sagrada Escritura não pode ser substituída por qualquer outro texto, não importa como venerável que seja. [46] Da mesma forma a Bíblia é a fonte indispensável da linguagem da liturgia, dos seus sinais e de sua oração, especialmente nos salmos [47].

**24.** Desde que a Igreja é o fruto do sacrifício de Cristo, a liturgia é sempre a celebração do mistério pascal de Cristo, a glorificação de Deus Pai e a santificação da humanidade pelo poder do Espírito Santo [48]. Culto cristão, portanto, encontra sua expressão mais fundamental quando todos os domingos em todo o mundo inteiro se reúnem os cristãos ao redor do altar, sob a liderança do sacerdote, celebrar a eucaristia, ouvir a palavra de Deus, e recordar a morte e ressurreição de Cristo, enquanto aguardam a sua vinda na glória. [ 49] Em torno deste ponto focal, o mistério pascal se faz presente de diferentes maneiras na celebração de cada um dos sacramentos.

**25.** Toda a vida da liturgia gravita em primeiro lugar em torno do sacrifício eucarístico e dos outros sacramentos dados por Cristo à sua Igreja. [50] A Igreja tem o dever de transmiti-los cuidadosamente e fielmente a cada geração. Em virtude de sua autoridade pastoral, a Igreja pode fazer disposições para assegurar o bem dos fiéis, segundo as circunstâncias, tempos e lugares. [51] Mas não tem poder sobre as coisas que estão diretamente relacionados com a vontade de Cristo e que constituem a parte imutável da Liturgia. [52] Para quebrar o vínculo que os sacramentos têm com Cristo, que os instituiu, e com os primórdios da Igreja, [53] não seria mais a inculturar-los, mas para esvaziar-los de sua substância.

**26.** A Igreja de Cristo se torna presente e significado em um determinado lugar e num determinado momento pelas Igrejas locais ou particulares, que através da liturgia da Igreja nos revela sua verdadeira natureza. [54] É por isso que cada Igreja particular deve estar unida com a Igreja universal, não apenas na crença e sacramentais, mas também nas práticas recebidas através da Igreja, como parte da ininterrupta tradição apostólica. [55] Isto inclui, por exemplo, a oração diária, [56] santificação do domingo e do ritmo da semana, a celebração da Páscoa e a revelação do mistério de Cristo durante todo o ano litúrgico, [57] a prática da penitência e jejum, [58] os sacramentos da iniciação cristã, a celebração do memorial do Senhor e a relação entre Liturgia da Palavra e a liturgia eucarística, o perdão dos pecados, o ministério ordenado, casamento e unção dos enfermos.

**27.** Na liturgia da fé da Igreja é expressa em uma forma simbólica e comunitária: Isso explica a necessidade de um quadro legislativo para a organização de culto, a elaboração de textos e na celebração dos ritos [59] A razão para o caráter preceptivo. dessa legislação ao longo dos séculos e ainda hoje é garantir a ortodoxia do culto: isto é, não só para evitar erros, mas também para transmitir a fé na sua integridade, para que a "regra de oração" (lex orandi) da Igreja podem corresponder a "regra da fé" (lex credendi) [60].

No entanto inculturação profunda pode ir, a liturgia não pode prescindir de legislação e vigilância por parte daqueles que receberam esta responsabilidade na Igreja: a Sé Apostólica e, de acordo com as prescrições da lei, a conferência episcopal para o seu território eo bispo para a sua diocese [61].

## **b) Condições preliminares para a inculturação da Liturgia**

**28.** A tradição missionária da Igreja tem sempre procurado para evangelizar as pessoas em sua própria língua. Muitas vezes, na verdade, foi o primeiro apóstolo de um país que escreveu línguas que até então só havia sido oral. E isso é certo, uma vez que é pela língua materna, que transmite a mentalidade e a cultura de um povo, que se pode alcançar a alma molde, no espírito cristão e permitir a compartilhar mais profundamente na oração da Igreja. [62]

Após a primeira evangelização, a proclamação da palavra de Deus na língua de um país continua a ser muito útil para as pessoas em suas celebrações litúrgicas. A tradução da Bíblia, ou pelo menos dos textos bíblicos usados na liturgia, é o primeiro passo necessário no processo da inculturação da liturgia [63].

Para que a palavra de Deus pode ser recebido de uma forma justa e frutífera ", é necessário fomentar o gosto pela Sagrada Escritura, como é testemunhado por antigas tradições dos ritos do Oriente e do Ocidente." [64] Assim, a inculturação da liturgia pressupõe a recepção da Sagrada Escritura em uma determinada cultura [65].

**29.** As diferentes situações em que a Igreja se encontra são um fator importante para julgar o grau de inculturação litúrgica que é necessário. A situação dos países que foram evangelizados há séculos e onde a fé cristã continua a influenciar a cultura é diferente de países que foram evangelizadas, mais recentemente, ou onde o Evangelho não penetrou profundamente em valores culturais. [66] Diferente de novo é a situação de um Igreja onde os cristãos são uma minoria da população. A situação mais complexa é encontrada quando a população tem línguas e culturas diferentes. A avaliação precisa da situação é necessário a fim de alcançar soluções satisfatórias.

**30.** Para preparar uma inculturação da liturgia, conferências episcopais devem apelar para as pessoas que são competentes, tanto na tradição litúrgica do rito romano e na apreciação de valores culturais locais. Estudos preliminares de um histórico, de caráter antropológico e exegéticos e teológicos são necessárias. Mas estes precisam ser examinados à luz da experiência pastoral do clero local, especialmente aqueles que nasceram no país. [67] O conselho de "sábios" do país, cuja sabedoria humana é enriquecida pela luz do Evangelho, também seria valiosa. Inculturação litúrgica deve tentar satisfazer as necessidades da cultura tradicional [68] e, ao mesmo tempo ter em conta as necessidades das pessoas afetadas por uma cultura urbana e industrial.

## **c) A responsabilidade da Conferência Episcopal**

**31.** Uma vez que é uma questão de cultura local, é compreensível que a Constituição Sacrosanctum Concilium atribuída a responsabilidade especial neste assunto para os "vários tipos de órgãos competentes territorial dos bispos legitimamente estabelecidas." [69] Em relação a isso, as Conferências Episcopais devem considerar "cuidadosa e prudente que elementos tomados das tradições e culturas dos povos indivíduo pode corretamente ser admitido na adoração divina." [70] Eles podem, por vezes, introduzir "elementos para a liturgia, como não estão vinculados com a superstição e erro ... desde eles estão em consonância com o verdadeiro e autêntico espírito da liturgia. "[71]

**32.** Conferências pode determinar, de acordo com o procedimento indicado abaixo (cf. n.º s 62 e 65-69), se a introdução na liturgia de elementos emprestados dos ritos sociais e religiosos de um povo, e que formam uma parte viva de sua cultura, vai enriquecer a sua compreensão das ações litúrgicas, sem produzir efeitos negativos sobre sua fé e piedade. Eles vão sempre ter cuidado para evitar o perigo da introdução de elementos que podem aparecer para os fiéis como o retorno a um período anterior à evangelização (cf. n.º 47 abaixo).

Em qualquer caso, se as mudanças nos ritos ou textos são consideradas necessárias, devem ser harmonizadas com o resto da vida litúrgica e, antes de ser posta em prática, ainda mais antes de ser tornada obrigatória, eles devem primeiro ser apresentado ao clero e depois para os fiéis, de tal forma a evitar o perigo de incomodando sem uma boa razão (cf. abaixo, n.º s 46 e 69).

### **III. PRINCÍPIOS E NORMAS PRÁTICAS PARA inculturação do rito romano**

**33.** Como Igrejas particulares, especialmente as jovens Igrejas, aprofundar a compreensão do património litúrgico que receberam da Igreja Romana que lhes deu nascimento, eles serão capazes, por sua vez de encontrar em suas próprias formas património cultural apropriado, que pode ser integrado no Roman rito, onde este é julgado útil e necessário.

A formação litúrgica dos fiéis e do clero, que é chamado pela Constituição Sacrosanctum Concilium, [72] deve ajudá-los a compreender o significado dos textos e os ritos dada nos livros litúrgicos presentes. Muitas vezes isso significa que os elementos que vêm da tradição do rito romano não tem que ser alterado ou suprimido.

#### **a) Princípios Gerais**

**34.** No planejamento e execução da inculturação do rito romano, os seguintes pontos devem ser mantidos em mente: 1) o objetivo de inculturação; 2) a unidade substancial do rito romano, 3) a autoridade competente.

**35.** A meta que devem orientar a inculturação do rito romano é a prevista pelo Concílio Vaticano II como a base da restauração geral da liturgia: "Ambos os textos e ritos deve ser tão elaborados que eles expressam com mais clareza as coisas santas que significam e para que o povo cristão, na medida do possível, pode ser capaz de compreendê-los com facilidade e para participar nos ritos totalmente, ativa e como convém a uma comunidade." [73]

Ritos também precisa "ser adaptada à capacidade dos fiéis e que não deve haver uma necessidade de várias explicações para serem compreendidos." [74] No entanto, a natureza da liturgia tem sempre que ter em mente, como faz o personagem bíblico e tradicional de sua estrutura e a maneira particular pela qual ela é expressa (cf. acima n.º s 21-27).

**36.** O processo de inculturação deve manter a unidade substancial do rito romano. [75] Esta unidade está expressa nas edições típicas dos livros litúrgicos, publicado pela autoridade do Sumo Pontífice e nos livros litúrgicos aprovados pelas Conferências Episcopais para as suas áreas e confirmada pela Sé Apostólica [76] O trabalho de inculturação não prevê a criação de novas famílias de ritos; inculturação responde às necessidades de uma determinada cultura e leva a adaptações que ainda continuam a fazer parte do rito romano [77]

**37.** Adaptações do rito romano, mesmo no campo da inculturação, dependem completamente a autoridade da Igreja. Esta autoridade pertence à Sé Apostólica, que a exerce através da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos; [78] ele também pertence, dentro dos limites fixados por lei, para conferências episcopais [79] e ao bispo diocesano. [80] "Nenhuma outra pessoa, nem mesmo se ele for um sacerdote, pode por sua própria iniciativa adicionar, remover ou alterar nada na liturgia." [81] A inculturação não é deixada para a iniciativa pessoal dos celebrantes ou para a iniciativa coletiva de um conjunto [82].

Da mesma forma concessões outorgadas a uma região não pode ser estendido para outras regiões sem a necessária autorização, mesmo se uma conferência episcopal considera que há razões suficientes para adotar essas medidas em sua própria área.

#### **b) As adaptações que podem ser feitos**

**38.** Em uma análise de uma ação litúrgica, com vista a sua inculturação, é necessário considerar os valores tradicionais dos elementos da ação e, em particular a sua origem bíblica ou patrísticas (cf. acima n.º s 21-26), porque é não é suficiente para distinguir entre o que pode ser mudado e o que é imutável.

**39.** Linguagem, que é um meio de comunicação entre as pessoas. Nas celebrações litúrgicas seu propósito é anunciar aos fiéis as boas novas de salvação [83] e para expressar a oração da Igreja ao Senhor. Por esta razão ele deve sempre expressar, junto com as verdades da fé, a grandeza e a santidade dos mistérios que estão sendo comemorados.

Cuidadosa consideração, portanto, precisa ser dado para determinar quais os elementos na língua do povo pode ser adequadamente introduzido celebrações litúrgicas e, em especial, se é adequado ou não usar expressões de religiões não-cristãs.

**40.** Música e canto, que expressam a alma das pessoas, têm orgulho do lugar na liturgia. E assim cantando deve ser promovida, em primeiro lugar cantando o texto litúrgico, de modo que as vozes dos fiéis pode ser ouvido nas ações litúrgicas próprias. [84] "Em algumas partes do mundo, especialmente terras de missão, há pessoas que têm suas próprias tradições musicais, e estas desempenham um grande papel em sua vida religiosa e social. devida importância deve ser atribuída à sua música e um local adequado que lhe é dado, não só na formação de sua atitude em relação à religião, mas também na adaptação adoração ao seu gênio nativo. "[85]

É importante notar que um texto que é cantado é mais profundamente gravadas na memória do que quando ele é lido, o que significa que é necessário ser exigente sobre a inspiração bíblica e litúrgica e a qualidade literária de textos que se destinam a ser cantado.

Formas musicais, melodias e instrumentos musicais poderiam ser usados no culto divino, desde que "são adequados, ou podem ser feitos de forma adequada, para uso sagrado, e desde que estejam de acordo com a dignidade do lugar de culto e realmente contribuir para a edificação dos fiéis. "[86]

**41.** A liturgia é uma ação, e assim por gesto e postura são especialmente importantes. Aqueles que pertencem aos ritos essenciais dos sacramentos e que são necessários para sua validade devem ser preservados da mesma forma que tenham sido aprovados ou determinada pela autoridade suprema da Igreja [87].

Os gestos e posturas do sacerdote celebrante deve manifestar a sua função especial: Ele preside a assembleia na pessoa de Cristo [88]

Os gestos e posturas da assembleia são sinais de sua unidade e expressar a sua participação ativa e fomentar a atitude espiritual dos participantes. [89] Cada cultura vai escolher aqueles gestos e posturas corporais que expressam a atitude da humanidade diante de Deus, dando-lhes um significado cristão, ter alguma relação, se possível, com os gestos e posturas da Bíblia.

**42.** Entre alguns povos, o canto é instintivamente acompanhado por palmas balançando, rítmica e movimentos de dança por parte dos participantes. Tais formas de expressão externa pode ter um lugar nas ações litúrgicas desses povos com a condição de que eles são sempre a expressão da verdadeira oração comunitária de adoração, oferecendo louvor e súplica, e não simplesmente uma performance.

**43.** A celebração litúrgica é enriquecida pela presença de arte, que ajuda os fiéis a celebrar, o encontro com Deus e orar. Arte na Igreja, que é composta de todos os povos e nações, devem ter a liberdade de expressão, desde que realça a beleza dos edifícios e ritos litúrgicos, investindo-os com o respeito e a honra que lhes é devido [90]. As artes também devem ser verdadeiramente significativo na vida e na tradição do povo.

O mesmo se aplica à forma, localização e decoração do altar, [91] o lugar para a proclamação da Palavra de Deus [92] e para o batismo, [93] todo o mobiliário litúrgico, vasos, ornamentos e cores. [94 Preferência] deve ser dada aos materiais, formas e cores que estão em uso no país.

**44.** A Constituição Sacrosanctum Concilium foi firmemente mantida a prática constante da Igreja de incentivar a veneração pelos fiéis de imagens de Cristo, a Virgem Maria e dos santos, [95], porque a honra "dada à imagem é dada ao assunto." [96] Em crenças diferentes culturas pode ser ajudado na oração e na vida espiritual, vendo obras de arte que tentam, de acordo com o gênio do povo, para expressar os mistérios divinos.

**45.** Juntamente com as celebrações litúrgicas e com eles relacionados, em algumas Igrejas particulares existem várias manifestações de devoção popular. Estes foram, por vezes, introduzida por missionários na época da primeira evangelização, e que muitas vezes desenvolvem segundo o costume local.

A introdução de práticas devocionais em celebrações litúrgicas, sob o pretexto de inculturação não pode ser permitido ", porque por sua natureza, (Liturgia) é superior a eles." [97]

Ele pertence ao Ordinário local [98] para organizar tais devoções, para incentivá-los como suporte para a vida e a fé dos cristãos, e para purificá-las quando necessário, porque eles precisam ser constantemente permeada pelo Evangelho. [99] Ele vai tomar cuidado para garantir que eles não substituem as celebrações litúrgicas ou se confundem com eles [100].

### **c) Prudência necessária**

**46.** "As inovações devem ser feitas somente quando o bem da Igreja e, certamente, realmente exija; cuidados devem ser tomados para que quaisquer novas formas adotadas devem, de alguma forma crescer organicamente a partir de formas já existentes." [101] Esta norma foi dada na Constituição Sacrosanctum Concilium em relação à restauração da liturgia, e isso também se aplica, na devida medida, para a inculturação do rito romano. Neste campo, as mudanças precisam ser gradual e adequada explicação dada, a fim de evitar o perigo de rejeição ou simplesmente um enxerto artificial formas anteriores.

**47.** A liturgia é a expressão de fé e vida cristã, e por isso é necessário para garantir que a inculturação litúrgica não está marcada, mesmo na aparência, pelo sincretismo religioso. Este seria o caso se a lugares de culto, os objetos litúrgicos e paramentos, gestos e posturas deixá-lo aparecer como se ritos teve o mesmo significado nas celebrações cristãs, como fizeram antes de evangelização. O sincretismo será ainda pior se leituras bíblicas e cânticos (cf. n.º 26) ou as orações foram substituídas por textos de outras religiões, mesmo se estes contêm um inegável valor religioso e moral. [102]

**48.** A Constituição Sacrosanctum Concilium prevista a admissão de ritos e gestos de acordo com costumes locais em rituais de iniciação cristã, o casamento e funerais. [103] Esta é uma fase de inculturação, mas há também o perigo de que a verdade do rito cristão e a expressão da fé cristã poderia ser facilmente diminuída aos olhos dos fiéis. Fidelidade aos usos tradicionais devem ser acompanhados de purificação e, se necessário, uma ruptura com o passado. O mesmo se aplica, por exemplo, à possibilidade de cristianizar festas pagãs ou lugares sagrados, ou ao sacerdote usando os sinais de autoridade reservados aos chefes de sociedade civil ou para a veneração dos ancestrais. Em todos os casos é necessário para evitar qualquer ambiguidade. Obviamente, a liturgia cristã não pode aceitar ritos mágicos, a superstição, o espiritismo, a vingança ou ritos com uma conotação sexual.

**49.** Em alguns países existem várias culturas que coexistem e por vezes se influenciam mutuamente, de tal forma a conduzir gradualmente à formação de uma nova cultura, enquanto que às vezes eles procuram afirmar a sua identidade própria, ou mesmo se opor uns aos outros, a fim de sublinhar a sua própria existência. Pode acontecer que os costumes podem ter pouco mais de interesse folclórico. A conferência episcopal analisará cada caso individualmente com cautela: Devem respeitar as riquezas de cada cultura e aqueles que os defendem, mas não deve ignorar ou negligência de uma cultura minoritária com a qual eles não estão familiarizados. Eles deveriam pesar o risco de uma comunidade cristã se tornar introspectiva e também o uso de inculturação para fins políticos. Nos países com uma cultura habitual, conta também deve ser tido em conta o grau de modernização tem afetado o povo.

**50.** Às vezes, há muitas línguas em uso no país, mesmo que cada um pode ser falado apenas por um pequeno grupo de pessoas ou uma única tribo. Em tais casos, um equilíbrio deve ser encontrado que respeite os direitos individuais desses grupos ou tribos, mas sem levar a extremos a localização das celebrações litúrgicas. Também é por vezes possível que um país pode estar se movendo em direção ao uso de uma linguagem principal.

**51.** Para promover a inculturação litúrgica em uma área cultural maior que um país, as conferências episcopais interessados devem trabalhar em conjunto e decidir as medidas que devem ser tomados para que "na medida do possível, não existem diferenças notáveis ritual nas regiões fronteiriças com o outro." [104]

#### **IV. ÁREAS DE ADAPTAÇÃO NO rito romano**

**52.** A Constituição Sacrosanctum Concilium tinha em mente uma inculturação do rito romano, quando se deu normas para a adaptação da liturgia à mentalidade e às necessidades de diferentes povos, quando se previa um grau de adaptação nos livros litúrgicos (cf. n.º s abaixo 53-61), e também quando se previa a possibilidade de adaptações mais profundas em algumas circunstâncias, especialmente nos países de missão (cf. n.º s abaixo 63-64).

##### **a) Adaptações nos livros litúrgicos**

**53.** A primeira medida significativa de inculturação é a tradução dos livros litúrgicos para a língua do povo. [105] A conclusão da tradução e sua revisão, sempre que necessário, deverá ser efetuado de acordo com as diretivas dadas pela Santa Sé sobre este assunto. [106] Diferentes gêneros literários devem ser respeitados, e o conteúdo dos textos da edição típica latina deve ser preservada; ao mesmo tempo, as traduções devem ser compreensíveis para os participantes (cf. n.º 39), adequado para a proclamação e cantando, com respostas adequadas e aclamações pela assembleia.

Todos os povos, mesmo os mais primitivos, têm uma linguagem religiosa, que é adequado para expressar a oração, mas a linguagem litúrgica tem suas próprias características especiais: É profundamente impregnadas pela Bíblia; certas palavras em uso Latina atual (memoria, sacramentum) assumiu um novo significado na fé cristã. Certas expressões cristão pode ser transmitido de uma língua para outra, como aconteceu no passado, por exemplo, no caso de ecclesia, evangelho, baptisma, eucharistia.

Além disso, os tradutores devem estar atentos à relação entre o texto e a ação litúrgica, ciente das necessidades de comunicação oral e sensível às qualidades literárias da língua viva do povo. As qualidades necessárias para traduções litúrgicas também são necessários no caso de novas composições, quando estão previstas.

**54.** Para a celebração da eucaristia, o Missal Romano, "permitindo ... para as legítimas diferenças e adaptações de acordo com as prescrições do Concílio Vaticano II," deve permanecer "um sinal e instrumento de unidade" [107] do rito romano em diferentes idiomas. A Instrução Geral do Missal Romano prevê que "de acordo com a constituição sobre a liturgia, cada conferência de bispos tem o poder de fixar normas para seu próprio território, que são adequados para as tradições e o caráter dos povos, regiões e comunidades diferentes." [108] O mesmo se aplica aos gestos e posturas dos fiéis, [109] as formas em que o altar e o livro dos Evangelhos são venerados, [110] os textos dos cânticos de abertura, [111] a música na preparação dos dons [112] e a música comunhão, [113] rito da paz, [114] condições que regulamentam a comunhão com o cálice, [115] os materiais para a construção do altar e mobiliário litúrgico, [116] o material e forma dos vasos sagrados, [117] paramentos litúrgicos [118]. conferências episcopais também pode determinar a maneira de distribuir a comunhão [119].

**55.** Para os demais sacramentos e sacramentais para, a edição típica latina de cada ritual indica as adaptações que dizem respeito às conferências episcopais [120] ou aos bispos individuais em circunstâncias particulares. [121] Estas adaptações textos preocupação, gestos e às vezes a ordem das rito. Quando a edição típica dá fórmulas alternativas, conferências de bispos pode adicionar outras fórmulas do mesmo tipo.

**56.** Para os ritos de iniciação cristã, conferências episcopais estão "examinar com cuidado e prudência o que pode ser adequadamente admitiu das tradições e do caráter de cada povo" [122] e "nos países de missão de julgar se as cerimônias de iniciação praticado entre as pessoas pode ser adaptada para o rito de iniciação cristã e decidir se eles devem ser usados." [123] É preciso lembrar, no entanto, que o início termo não tem o mesmo significado ou designar a mesma realidade quando é usado de ritos sociais de iniciação entre certos povos ou quando é contrário ao processo de iniciação cristã, que O conduz, através dos ritos do catecumenato para incorporação em Cristo na Igreja por meio dos sacramentos do batismo, confirmação e eucaristia.

**57.** Em muitos lugares, é o rito do casamento que exige o maior grau de adaptação de modo a não ser estranho para os costumes sociais. Adaptá-lo aos costumes de diferentes regiões e povos, cada conferência episcopal tem a faculdade "para preparar o seu casamento rito próprio, que deve

sempre estar de acordo com a lei que exige que o ministro ordenado ou leigo assistir, [124] de acordo com o caso, deve pedir e obter o consentimento das partes contratantes e dar-lhes a bênção nupcial. "[125] Este rito adequado deve, obviamente, trazer claramente o sentido cristão do matrimônio, enfatizam a graça do sacramento e sublinhar os deveres de os cônjuges. [126]

**58.** Entre todos os povos, os funerais são sempre rodeado de ritos especiais, muitas vezes de grande valor expressivo. Para responder às necessidades dos diferentes países, o Ritual Romano oferece várias formas de funerais. [127] Conferências Episcopais devem escolher aqueles que melhor corresponde aos costumes locais. [128] Eles desejam preservar tudo que é bom nas tradições familiares e locais costumes, e garantir que os ritos funerários manifestar a fé cristã na ressurreição e testemunhar os verdadeiros valores do Evangelho. [129] É nesta perspectiva que os rituais fúnebres pode incorporar os costumes de diferentes culturas e responder da melhor forma possível para as necessidades e tradições de cada região. [130]

**59.** A bênção de pessoas, lugares ou coisas toca a vida cotidiana dos fiéis e responde às suas necessidades imediatas. Eles oferecem muitas possibilidades de adaptação, para manter os costumes locais e admitindo usos popular. [131] Conferências Episcopais será capaz de empregar as disposições previstas e estar atento às necessidades do país.

**60.** No que respeita ao ano litúrgico, cada Igreja particular e família religiosa acrescenta suas celebrações próprias às da Igreja universal, após a aprovação da Sé Apostólica. [132] As conferências episcopais também pode, com a aprovação prévia da Sé Apostólica, suprimir a obrigação de certas festas ou transferi-los para um domingo. [133] Eles também decidir o tempo e o modo de celebrar o dia rogações e as quatro Têmporas. [134]

**61.** A Liturgia das Horas tem como objetivo o louvor de Deus e a santificação pela oração do dia e toda a atividade humana. Conferências episcopais podem fazer adaptações na segunda leitura do ofício de leituras, hinos e intercessões e nas antífonas marianas finais [135].

## **Procedimento**

**62.** Quando uma Conferência Episcopal prepara a sua própria edição de livros litúrgicos, decide sobre as traduções e também as adaptações que são previstas pela lei. [136] Os atos da conferência, juntamente com a votação final, são assinados pelo presidente e secretário da conferência e enviado à Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, juntamente com duas cópias do texto aprovado.

Além disso, juntamente com o processo completo deve ser enviado:

**a)** Uma explicação sucinta e precisa das razões para as adaptações que foram introduzidas.

**b)** As indicações a que seções foram tomadas a partir de outros já aprovados livros litúrgicos, e que são recém-composta.

Após o reconhecimento pela Sé Apostólica tenha sido recebido de acordo com a lei, [137] Conferência episcopal, promulga o decreto e determina a data de quando o novo texto entre em vigor.

## **b) As adaptações previstas no n ° 40 da Constituição Conciliar sobre a Liturgia**

**63.** Além das adaptações previstas nos livros litúrgicos, pode ser que "em alguns lugares e circunstâncias uma adaptação ainda mais radical da liturgia é necessária, e isso implica maiores dificuldades." [138] Isto é mais do que o tipo de adaptações previstas nas instruções gerais e os praenotanda dos livros litúrgicos.

Ela pressupõe que uma conferência episcopal esgotou todas as possibilidades de adaptação oferecidas pelos livros litúrgicos; que fez uma avaliação das adaptações já introduzidas e, talvez, revista-los antes de proceder a mais abrangente adaptações.

A conveniência ou necessidade de uma adaptação desse tipo podem surgir em uma das áreas acima mencionadas (cf. n.º s 5.361), sem os outros serem afetados. Além disso, adaptações deste tipo não preveem uma transformação do rito romano, mas são feitas no contexto do rito romano.

**64.** Em alguns lugares, quando ainda existem problemas sobre a participação dos fiéis, um bispo ou vários bispos pode definir as suas dificuldades a seus colegas na conferência episcopal e com eles analisar a conveniência de introduzir adaptações mais profundas, se o bem das almas verdadeiramente exige. [139]

É a função das conferências episcopais de propor à Sé Apostólica as modificações que pretende adotar após o procedimento a seguir estabelecido. [140]

Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos está pronto para receber as propostas das conferências episcopais e examiná-las, tendo em mente o bem das Igrejas locais em causa e do bem comum da Igreja universal, e para ajudar o processo de inculturação onde é desejável ou necessário. Ele vai fazer isso de acordo com os princípios estabelecidos nesta instrução (cf. n.º s 3.351), e num espírito de colaboração confiante e responsabilidade compartilhada.

### **Procedimento**

**65.** A conferência episcopal examinará o que tem que ser modificado nas celebrações litúrgicas por causa das tradições e mentalidade dos povos. Ele vai pedir a comissão nacional ou regional litúrgica para estudar o assunto e examinar os diferentes aspectos dos elementos da cultura local e sua inclusão eventual nas celebrações litúrgicas. A comissão é garantir que recebe os pareceres dos peritos apropriados. Pode ser, por vezes, oportuno para pedir o conselho de membros de religiões não-cristãs sobre o valor religioso ou civil do elemento esta ou aquela (cf. acima n.º s 30-32).

Se a situação assim o exigir, este exame preliminar será feita em colaboração com as conferências episcopais dos países vizinhos ou com a mesma cultura (cf. acima n.º s 33-51).

**66.** A conferência episcopal vai apresentar a proposta para a congregação antes de qualquer experimentação ocorre. A apresentação deve incluir uma descrição das inovações propostas, as razões para a sua adopção, os critérios utilizados, os horários e locais escolhidos para um experimento preliminar e uma indicação de quais os grupos irão fazê-lo, e, finalmente, os atos da discussão e da votação de a conferência.

Depois de uma análise da proposta realizada em conjunto pela Conferência Episcopal e da congregação, esta última vai conceder a conferência episcopal uma faculdade para fazer um experimento por um período definido de tempo, sempre que necessário [141].

**67.** A conferência episcopal irá supervisionar o processo de experimentação, [142] normalmente com a ajuda da comissão nacional ou regional litúrgica. A conferência também vai ter o cuidado de garantir que a experimentação não exceda os limites de tempo e lugar que foram corrigidos. Ele também irá garantir os pastores e os fiéis sabem sobre a natureza limitada e provisória do experimento, e não vai dar publicidade de um tipo que poderia ter um efeito sobre a prática litúrgica do país. No final do período de experimentação, a conferência episcopal vai decidir se ele corresponde até a meta que foi proposta ou se ele precisa de revisão, e que irá comunicar as suas conclusões para a congregação, juntamente com informações completas sobre o experimento.

**68.** Depois de examinar o dossiê, a congregação irá emitir um decreto dando o seu consentimento, possivelmente com algumas qualificações, de modo que as mudanças podem ser introduzidas no território abrangido pela conferência episcopal.

**69.** Os fiéis, tanto leigos e clérigos, devem estar bem informados sobre as mudanças e preparados para a sua introdução nas celebrações litúrgicas. As mudanças estão a ser postas em prática como as circunstâncias o exigirem, com um período de transição se isto é conveniente (cf. n.º 61).

## CONCLUSÃO

**70.** Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos apresenta essas regras para as Conferências Episcopais para governar o trabalho de inculturação litúrgica prevista pelo Concílio Vaticano II como uma resposta às necessidades pastorais dos povos de diferentes culturas. Inculturação litúrgica deve ser cuidadosamente integrados em um plano de pastoral para a inculturação do Evangelho nas diversas situações humanas que estão a ser encontradas. Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos espera que cada Igreja particular, especialmente as jovens Igrejas, vai descobrir que a diversidade de certos elementos das celebrações litúrgicas podem ser uma fonte de enriquecimento, respeitando a unidade substancial do rito romano, a unidade de toda a Igreja e a integridade da fé transmitida aos santos de todos os tempos (cf. Jd 3).

A instrução foi preparada pela Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, por ordem de Sua Santidade o Papa João Paulo II, que o aprovou e ordenou que fosse publicada.

**Da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, 25 de janeiro de 1994.**

**Cardeal Antonio M. Javierre Ortas prefeito**

**Dom Geraldo Agnelo secretário**

1. cf. No. 38; cf. ALSO No. 40.
2. Ibid., 37.
3. Cf. Vatican Council II, *Orientalium Ecclesiarum*, 2; *Sacrosanctum Concilium*, 3 and 4; Catechism of the Catholic Church, 1200-1206, especially 1204-1206.
4. Cf. Dec. 4, 1988, No. 16: *Acta Apostolicae Sedi*, 81 (1989), 912.
5. Ibid.
6. Nos. 37-40.
7. John Paul II, encyclical *Slavorum Apostoli*, June 2, 1985, No. 21: AAS 77 (1985), 802-803; discourse to the Pontifical Council for Culture plenary assembly, Jan. 17, 1987, No. 5: AAS 79 (1987), 1204-1205.
8. John Paul II, encyclical *Redemptoris Missio*, Dec. 7, 1990, No. 52: AAS 83 (1991), 300.
9. Cf. *ibid* and Synod of Bishops, Final Report *Exeunte Coetu Secundo*, Dec. 7, 1985, D 4.
10. *Redemptoris Missio*, 52.
11. Vatican Council II, *Gaudium et Spes*, 58.
12. Ibid.
13. Cf. John Paul II, apostolic exhortation *Catechesi Tradendae*, Oct. 16, 1979, No. 53: AAS 71 (1979), 1319.
14. Cf. Eastern Code of Canon Law, canon 584.2: "Evangelizatio gentium ita fiat, ut servata integritate fidei et morum Evangelium se in cultura singulorum populorum exprimere possit, in catechesi scilicet, in ritibus propriis liturgicis, in arte sacra in iure particulari ac demum in tota vita ecclesiali."
15. Cf. *Catechesi Tradendae*, 53: "concerning evangelization in general, we can say that it is a call to bring the strength of the Gospel to the heart of culture and cultures.... It is in this way that it can propose to cultures the knowledge of the mystery hidden and help them to make of their own living tradition original expressions of life, celebration and Christian thought."
16. Cf. *Redemptoris Missio*, 52: "Inculturation is a slow process covering the whole of missionary life and involves all who are active in the mission ad gentes and Christian communities in the measure that they are developing." Discourse to Pontifical Council for Culture plenary assembly: "I strongly reaffirm the need to mobilize the whole church into a creative effort toward a renewed evangelization of both people and cultures. It is only by a joint effort that the church will be able to bring the hope of Christ into the heart of cultures and present-day ways of thinking."
17. Cf. Pontifical Biblical Commission, *Foi et culture a la lumiere de la Bible*, 1981; and International Theological commission, "Faith and Inculturation, 1988.
18. Cf. John Paul II, Discourse to the Bishops of Zaire, April 12, 1983, No. 5: AAS 75 (1983), 620: "How is it that a faith which has truly matured, is deep and firm, does not succeed in expressing itself in a language, in a catechesis, in theological reflection, in prayer, in the liturgy, in art, in the institutions which are truly related to the African soul of your compatriots? There is the key to the important and complex question of the liturgy, to mention just one area. Satisfactory progress in this domain can only be the fruit of a progressive growth in faith, linked with spiritual discernment, theological clarity, a sense of the universal church."
19. Discourse to Pontifical Council for Culture, 5: "In coming into contact with the cultures, the church must welcome all that in the traditions of peoples is compatible with the Gospel, to give all the riches of Christ to them and to enrich itself of the varied wisdom of the nations of the earth."

20. Cf. Discourse to the Pontifical Council for Culture, 5; cf. also Vicesimus Quintus Annus, 17.
21. Cf. Sacrosanctum Concilium, 19 and 35.
22. Cf. Vatican Council II, Ad Gentes, 10.
23. Gaudium et Spes, 22.
24. St. Cyril of Alexandria, In Ioannem, I 14: Patrologia Graeca, 73, 162C.
25. Sacrosanctum Concilium, 5.
26. Cf. Vatican Council II, Lumen Gentium, 10.
27. Cf. Roman Missal, Fifth Weekday of the Passion of the Lord, 5: Prayer One: "... per suum cruorem instituit paschale mysterium."
28. Cf. Paul VI, apostolic letter *Mysterii Paschalis*, Feb. 14, 1969: AAS 61 (1969), 222-226.
29. Cf. Catechism of the Catholic Church, 1096.
30. Cf. *ibid.*, 1200-1203.
31. Cf. Vatican Council II, *Unitatis Redintegratio*, 14-15.
32. Texts: cf. the sources of the prayers, the prefaces and the eucharistic prayers of the Roman Missal; chants: for example the antiphons for Jan. 1, baptism of the Lord; Sept. 8, the Improperia of Good Friday, the hymns of the Liturgy of the Hours; gestures: for example the sprinkling of holy water, use of incense, genuflection, hands joined; rites: for example Palm Sunday procession, the adoration of the cross on Good Friday, the rogations.
33. Cf. in the past St. Gregory the Great, Letter to Mellitus: Reg. XI, 59: CCL 140A, 961-962; John VIII, bull *Industriae Tuae*, June 26, 880: Patrologia Latina, 126, 904; Congregation for the Propagation of the Faith, Instruction to the Apostolic Vicars of China and Indochina (1654): *Collectanea S.C. de Propaganda Fide*, I 1 Rome, 1907, No. 135; instruction *Plane Compertum*, Dec. 8, 1939: AAS 32 (1940), 2426.
34. Lumen Gentium, 17 also 13.
35. Cf. *Catechesi Tradendae*, 52-53; *Redemptoris Missio*, 53-54; Catechism of the Catholic Church 1204-1206.
36. Cf., also St. Ignatius of Antioch, Letter to the Magnesians, 9: Funk 1, 199: "We have seen how former adherents of the ancient customs have since attained to a new hope; so that they have given up keeping the sabbath, and now order their lives by the Lord's day instead."
37. Cf. Vatican Council II, *Dei Verbum*, 14-16; *Ordo Lectionum Missae ed. typica altera Praenotanda*, 5: "It is the same mystery of Christ that the church announces when she proclaims the Old and New Testament in the celebration of the liturgy. The New Testament is, indeed, hidden in the Old and, in the New the Old is revealed. Because Christ is the center and fullness of all Scripture, as also of the whole liturgical celebration"; Catechism of the Catholic Church, 120-123, 128- 130, 1093-1095.
38. Cf. Catechism of the Catholic Church, 1093-1096.
39. Vicesimus Quintus Annus, 7.
40. Cf. Sacrosanctum Concilium, 5-7.
41. Cf. *ibid.*, 2; Vicesimus Quintus Annus, 9.
42. Cf. Vatican Council II, *Presbyterorum Ordinis*, 2.
43. Cf. Lumen Gentium, 48; Sacrosanctum Concilium, 2 and 8.
44. Sacrosanctum Concilium, 7.
45. Cf. *ibid.*, 24.
46. Cf. *Ordo Lectionem Missae Praenotanda*, 12: "It is not allowed to suppress or reduce either the biblical readings in the celebration of Mass or the chants that are drawn from Sacred Scripture. It is absolutely forbidden to replace these readings by other non-biblical readings. It is through the word of God in the Scriptures that 'God continues to speak to his people' (Sacrosanctum Concilium, 33), and it is through familiarity with the Holy Scripture that the people of God, made docile by the Holy Spirit in the light of faith, can by their life and way of living witness to Christ before the whole world."
47. Cf. Catechism of the Catholic Church, 2585-2589.
48. Cf. Sacrosanctum Concilium, 7.
49. Cf. *ibid.*, 6, 47, 56, 102, 106; cf. Roman Missal, General Instruction, 1, 7, 8.
50. Cf. Sacrosanctum Concilium, 6.
51. Cf. Council of Trent, Session 21, Chap. 2: *Denz-Schonm.* 1728; Sacrosanctum Concilium, 48ff, 62ff.
52. Cf. Sacrosanctum Concilium, 21.
53. Cf. Congregation for the Doctrine of the Faith, *Inter Insigniores*, Oct. 15, 1976: AAS 69 (1977), 107-108.
54. Cf. Lumen Gentium, 28; also No. 26.
55. Cf. St. Irenaeus, *Against the Heresies*, III, 2, 1-3; 3, 1-2: *Sources Chretiennes*, 211, 24-31; cf. St. Augustine, Letter to Januarius 54, 1: PL 33, 200: "But regarding those other observances which we keep and all the world keeps, and which do not derive from Scripture but from tradition, we are given to understand that they have been ordained or recommended to be kept by the apostles themselves or by the plenary councils, whose authority is well founded in the church"; cf. *Redemptoris Missio*, 53-4; cf. Congregation for the Doctrine of the Faith, Letter to Bishops of the Catholic Church on Certain Aspects of the Church Understood as Communion, May 28 1992, Nos. 710.
56. Cf. Sacrosanctum Concilium, 83.
57. Cf. *ibid.*, 102, 106 and Appendix.
58. Cf. Paul VI, apostolic constitution *Paenitemini*, Feb. 17, 1966: AAS 58 (1966), 177-198.
59. Cf. Sacrosanctum Concilium, 22; 26; 28; 40, 3 and 128; Code of Canon Law, Canon 2 and *passim*.
60. Cf. Roman Missal, General Instruction, Prooemium, 2; Paul VI, Discourse to the Consilium for the Application of the Constitution on the Liturgy, Oct. 13, 1966: AAS 58 (1966), 1146; Oct. 14, 1968: AAS 60 (1968), 734.
61. Cf. Sacrosanctum Concilium, 22; 36; 40; 44-46; Canons 47ff and 838.

62. Cf. Redemptoris Missio, 53.
63. Cf. Sacrosanctum Concilium, 35 and 36; Canon 825.1.
64. Sacrosanctum Concilium, 24.
65. Cf. *ibid.*; Catechesi Tradendae, 55.
66. In the constitution Sacrosanctum Concilium attention is drawn to Nos. 38 and 40: "above all in the missions."
67. Cf. Ad Gentes, 16 and 17.
68. Cf. *ibid.*, 19.
69. Sacrosanctum Concilium, 22; cf. *ibid.*, 39 and 40; Canons 447- 448ff.
70. Sacrosanctum Concilium, 40.
71. *Ibid.*, 37.
72. Cf. *ibid.*, 14-19.
73. *Ibid.*, 21.
74. Cf. *ibid.*, 34.
75. Cf. *ibid.*, 37-40.
76. Cf. Vicesimus Quintus Annus, 16.
77. Cf. John Paul II, Discourse to the plenary assembly of the Congregation for Divine Worship and the Discipline of the Sacraments, Jan. 26, 1991, No. 3: AAS 83 (1991), 940: "This is not to suggest to the particular churches that they have a new task to undertake following the application of liturgical reform, that is to say, adaptation or inculturation. Nor is it intended to mean inculturation as the creation of alternative rites.... It is a question of collaborating so that the Roman rite, maintaining its own identity, may incorporate suitable adaptations."
78. Cf. Sacrosanctum Concilium, 22; Canons 838.1 and 838.2; John Paul II, apostolic constitution Pastor Bonus, 62, 64.3: AAS 80 (1988), 876-877; Vicesimus Quintus Annus, 19.
79. Cf. Sacrosanctum Concilium, 22 and Canons 447ff and 838.1 and 838.3; Vicesimus Quintus Annus, 20.
80. Cf. Sacrosanctum Concilium, 22, and Canons 838.1 and 838.4; Vicesimus Quintus Annus, 21.
81. Cf. Sacrosanctum Concilium, 22.
82. The situation is different when, in the liturgical books published after the constitution, the introductions and the rubrics envisaged adaptations and the possibility of leaving a choice to the pastoral sensitivity of the one presiding, for example, when it says "if it is opportune," "in these or similar terms," "also," "according to circumstances," "either ... or," "if convenient," "normally," "the most suitable form can be chosen." In making a choice, the celebrant should seek the good of the assembly, taking into account the spiritual preparation and mentality of the participants rather than his own preferences or the easiest solution. In celebrations for particular groups, other possibilities are available. Nonetheless, prudence and discretion are always called for in order to avoid the breaking up of the local church into little "churches" or "chapels" closed in upon themselves.
83. Cf. Canons 762-772, especially 769.
84. Cf. Sacrosanctum Concilium, 118; also No. 54: While allowing that "a suitable place be allotted to the language of the country" in the chants, "steps should be taken so that the faithful may also be able to say or sign together in Latin those parts of the ordinary of the Mass which pertain to them," especially the Our Father, cf. Roman Missal, General Instruction, 19.
85. Sacrosanctum Concilium, 119.
86. *Ibid.*, 120.
87. Cf. Canon 841.
88. Cf. Sacrosanctum Concilium, 33; Canon 899.2.
89. Cf. Sacrosanctum Concilium, 30.
90. Cf. *ibid.*, 123-124; Canon 1216.
91. Cf. Roman Missal, General Instruction, 259-270; Canons 1235-1239, especially 1236.
92. Cf. Roman Missal, General Instruction, 272.
93. Cf. De Benedictionibus Ordo Benedictionis Baptisterii seu Fontis Baptismalis, 832-837.
94. Cf. Roman Missal, General Instruction, 287-310.
95. Cf. Sacrosanctum Concilium, 125; Lumen Gentium, 67; Canon 1188.
96. Council of Nicea II: Denz.-Schonm. 601; cf. St. Basil, "On the Holy Spirit," XVIII, 45; Sources Chretiennes, 17, 194.
97. Sacrosanctum Concilium, 13.
98. Cf. Canon 839.2.
99. Vicesimus Quintus Annus, 18.
100. Cf. *ibid.*
101. Sacrosanctum Concilium, 23.
102. These texts can be used profitably in the homily because it is one of the tasks of the homily "to show the points of convergence between revealed divine wisdom and noble human thought, seeking the truth by various paths" John Paul II, apostolic letter Dominicae Cenae, Feb. 24, 1980, No. 10: AAS 72 (1980), 137.
103. Nos. 65, 77, 81. Cf. Ordo Initiationis Christianae Adulorum, Praenotanda, 30-31, 79-81, 88-89; Ordo Celebrandi Matrimonium, editio typica altera, Praenotanda, 41-44; Ordo Exsequiarum, Praenotanda, 21-22.
104. Sacrosanctum Concilium, 23.
105. Cf. *ibid.*, 36; 54; 63.
106. Cf. Vicesimus Quintus Annus, 20.
107. Cf. Paul VI, apostolic constitution Missale Romanum, April 3, 1969: AAS 61 (1969), 221.
108. Roman Missal, General Instruction, 6; cf. also Ordo Lectionum Missae, editio typica altera, Praenotanda,

- 111-118.
109. Roman Missal, General Instruction, 22.
110. Cf. *ibid.*, 232.
111. Cf. *ibid.*, 26.
112. Cf. *ibid.*, 50.
113. Cf. *ibid.*, 56 i.
114. Cf. *ibid.*, 56 b.
115. Cf. *ibid.*, 242.
116. Cf. *ibid.*, 263 and 288.
117. Cf. *ibid.*, 290.
118. Cf. *ibid.*, 304, 305, 308.
119. Cf. De Sacra Communionem et de Cultu Mysterii Eucharistici Extra Missam, Praenotanda, 21.
120. Cf. Ordo Initiationis Christianae Adultorum, Praenotanda Generalia, 30-33; Praenotanda, 12, 20, 47, 64-65; Ordo, 312; Appendix, 12; Ordo Baptismi Parvulorum, Praenotanda, 8, 2325; Ordo Confirmationis, Praenotanda, 11-12, 16-17; De Sacra Communionem et de Cultu Mysterii Eucharistici Extra Missam, Praenotanda, 12; Ordo Paenitentiae, Praenotanda, 35b, 38; Ordo Unctionis Infirmorum Eorumque Pastoralis Curae, Praenotanda, 38-39; Ordo Celebrandi Matrimonium, editio typica altera, Praenotanda, 39-44; De Ordinatione Episcopi Presbyterorum et Diaconorum, editio typica altera, Praenotanda, 11; De Benedictionibus, Praenotanda Generalia, 39.
121. Cf. Ordo Initiationis Christianae Adultorum, Praenotanda, 66; Ordo Baptismi Parvulorum, Praenotanda, 26; Ordo Paenitentiae, Praenotanda, 39; Ordo Celebrandi Matrimonium, editio typica altera, Praenotanda, 36.
122. Ordo Initiationis Christianae Adultorum Ordo Baptismi Parvulorum, Praenotanda Generalis, 30.2.
123. *Ibid.*, 31; cf. Sacrosanctum Concilium, 65.
124. Cf. Canons 1108 and 1112.
125. Sacrosanctum Concilium, 77; Ordo Celebrandi Matrimonium, editio typica altera, Praenotanda, 42.
126. Cf. Sacrosanctum Concilium, 77.
127. Cf. Ordo Exsequiarum Praenotanda, 4.
128. Cf. *ibid.*, 9 and 21.1-21.3.
129. Cf. *ibid.*, 2.
130. Cf. Sacrosanctum Concilium, 81.
131. Cf. *ibid.*, 79; De Benedictionibus, Praenotanda Generalia, 39; Ordo Professionis Religiosae, Praenotanda, 12-15.
132. Cf. Normae Universales de Anno Liturgico et de Calendario, 49, 55; Congregation for Divine Worship, instruction *Calendaria Particularia*, June 24, 1970: AAS, 62 (1970), 349-370.
133. Cf. Canon 1246.2.
134. Cf. Normae Universales de Anno Liturgico et de Calendario, 46.
135. Liturgia Horarum, Institutio Generalis, 92, 162, 178, 184.
136. Cf. Canons 455.2 and 838.3; that is also the case for a new edition, cf. *Vicesimus Quintus Annus*, 20.
137. Canon 838.3
138. Sacrosanctum Concilium, 40.
139. Cf. Congregation for Bishops, Directory on the Pastoral Ministry of Bishops, Feb. 22, 1973, No. 84.
140. Cf. Sacrosanctum Concilium, 40.
141. Cf. *ibid.*, 40.
142. Cf. *ibid.*